

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

**APONTAMENTO SOBRE A AVALIAÇÃO ESCOLAR NA
ATUALIDADE: CONCEITO, FUNÇÕES E FINALIDADES**

Aluno: Paulo César Florindo

Orientadora: Gabriela Schneider

Curitiba, fevereiro de 2010.

Apontamentos sobre a avaliação escolar na atualidade: conceito, funções e finalidades¹.

Paulo César Florindo²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a avaliação do rendimento escolar, tendo em vista que esta sempre foi considerada uma grande problemática nas escolas públicas e privadas do país, faz-se necessário que ela seja discutida e repensada sob um novo olhar, a fim de proporcionar condições favoráveis para a formação integral do aluno a partir de um ensino de qualidade, demonstrar que a avaliação pode contribuir para a construção de um novo cenário, democratizando o ensino e não apenas medindo, classificando, excluindo, testando, verificando, domesticando, controlando e selecionando o aluno. A avaliação sob uma falsa neutralidade e objetividade é um instrumento que lança mão do sistema de ensino para o controle das oportunidades educacionais e para a dissimulação das desigualdades sociais que ela oculta sob a fantasia do dom natural e do mérito individualmente conquistado.

Palavras – chave: Avaliação, análise, transformação.

INTRODUÇÃO

A avaliação do rendimento escolar, ainda é considerada uma grande problemática nas escolas públicas do Brasil, percebe-se a necessidade de que ela seja repensada, em especial no ensino fundamental, a fim de proporcionar condições favoráveis para a formação do aluno a partir de um ensino de qualidade.

Nota-se que mesmo diante das novas propostas educacionais vigentes na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96), a educação brasileira apresenta resistência a mudanças, especialmente quando prioriza a memorização de conteúdos acumulados, na qual a avaliação acaba sendo usada

¹ Artigo apresentado como requisito parcial a obtenção do título de especialista em Gestão Escolar no curso de Gestão Escolar – MEC/UFPR sob orientação da Professora Gabriela Schneider

² Aluno do Curso de Especialização

para reproduzir cidadãos sem senso crítico, submissos, incapazes de iniciativa própria, a avaliação acaba medindo os resultados do processo de socialização, atribuindo a responsabilidade dos resultados obtidos ao aluno. Sua utilização, tal como se dá na maior parte dos países e, particularmente, nos países em desenvolvimento, não incrementa as oportunidades sociais e educacionais; ao contrário, restringe-se e orienta-se no sentido mais conveniente à manutenção da hierarquia social existente.

A avaliação representa um aspecto comum a todos os níveis escolares e que, há muito tempo, vem se constituindo como uma grande problemática educacional, pois avaliar pode ser um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso; pode conduzir a resultados significativos ou a respostas sem sentido; pode defender ou ameaçar. É preciso mudar, avançar. A decisão de mudar é um desafio, porque as aceleradas inovações teóricas - metodológicas na avaliação como disciplina, estão em descompasso com a prática educacional, que lamentavelmente salvo algumas exceções se perdem na contramão da trajetória ascensional das grandes tendências que os estudiosos apontam nesses últimos anos de história da avaliação, desde a simples mensuração à negociação de juízos de valores, critérios e procedimentos. Dessa desafiadora concepção resulta como imprescindível à capacitação de educadores, dirigentes e profissionais da educação para a melhor utilização da avaliação.

O tema deste trabalho é a concepção de avaliação, objetivando pensá-la e repensá-la a fim de que possa ser entendida como um processo mais flexível, que agregue significado ao ensino/aprendizagem e possibilite o redirecionamento da prática pedagógica com sugestões que favoreçam a superação das dificuldades encontradas ao realizar-se a avaliação, pois esta deve ser feita para que se repense a prática, e não deve ser um fim em si mesma e muito menos ser um instrumento de controle e classificação dos alunos. Partindo do princípio de que a avaliação é um processo abrangente, esta será estudada com a finalidade de realizar uma reflexão crítica sobre a prática avaliativa no sentido de apontar dificuldades, resistências e avanços.

Portanto, a avaliação deve ser transformadora, tendo como principal objetivo favorecer o desenvolvimento da criticidade no aluno para, conseqüentemente, dar condições que proporcionem mudanças sociais, atuando como sujeitos, capazes de tomar suas próprias decisões e iniciativas.

O presente artigo se organiza inicialmente trazendo uma discussão referente aos conceitos de avaliação que perpassam a história da educação no Brasil, apontando as principais tendências e significados assumidos por essa prática. Por fim, apresenta-se um estudo de caso referente a avaliação no município de Sarandi – PR.

Avaliação escolar: repensando conceitos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – BRASIL. 1996) deu importância significativa a prática avaliativa de sala de aula, tendo incorporado uma visão bastante ampliada de avaliação. Segundo a lei os processos de verificação de desempenho escolar devem valer-se da:

a) avaliação contínua e cumulativa de desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais: [...] e) obrigatoriamente de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (Brasil 1996, art. V).

Porém, mesmo com a lei incorporando inovações na forma de pensar a avaliação e conseqüentemente o processo de ensino/aprendizagem ainda se percebe na escola uma prática que prioriza a memorização de conteúdos acumulados, na qual a avaliação acaba sendo usada para reproduzir cidadãos sem senso crítico, submissos, incapazes de iniciativa própria, a avaliação acaba priorizando a nota em detrimento do que ela representa, atribuindo a responsabilidade dos resultados obtidos ao aluno. Sua não incrementa as oportunidades sociais e educacionais; ao contrário, restringe-se e orienta-se no sentido mais conveniente à manutenção da hierarquia social existente.

A escola não declara a incorporação de tal função seletiva em sua prática antes a esconde e oculta. Em geral, neste contexto, a avaliação tem sido

utilizada para legitimar a distribuição desigual das rotas de sucesso e fracasso dos estudantes, sob o argumento da meritocracia. A ideologia do esforço pessoal explicaria a diferença entre ser bem sucedido ou não. Na raiz do problema está o fato de os teóricos liberais da escola não poderem aceitar a diferença de resultados nos processos educacionais, o máximo que eles aceitam é a igualdade de acesso. (FREITAS, et. all, 2009)

A avaliação assume uma lógica extremamente complexa, e representa mais do que a ação de atribuir nota ou conceito em todos os níveis. Avaliar é um empreendimento de valor agregado, que tem relação com a concepção de escola, de aluno, de mundo que se estabelece no interior da escola. Para FREITAS(et all,2009): “A avaliação afigura-se como mecanismos que conduzem á manutenção ou á eliminação de determinados alunos do interior da escola.”

LUCKESI (1994) afirma ser necessário superar a avaliação centrada apenas nas provas, nos dados estáticos, a fim de desenvolver uma perspectiva avaliativa que auxilie a aprendizagem, além de colaborar com adequação das metodologias dos professores, bem como a melhoria da escola como um todo. FREITAS (et.all. 1995) mostram que repensar as práticas avaliativas na escola implica repensar todo o Projeto Político Pedagógico da instituição, afinal os objetivos de ambos se relacionam.

Diante do exposto o presente trabalho objetiva discutir a avaliação em seus diversos aspectos, buscando pensar uma prática que torne mais flexível o processo ensino/aprendizagem e possibilite o redirecionamento da prática pedagógica objetivando mudanças, que favoreçam a superação das dificuldades encontradas ao realizar-se a avaliação. Na concepção adotada por este trabalho a avaliação deve auxiliar a prática, e não deve ter um fim em si mesma e muito menos ser um instrumento de controle e classificação dos alunos. Partindo do princípio de que a avaliação é um processo abrangente, esta será estudada com a finalidade de realizar uma reflexão crítica sobre a prática avaliativa no sentido de apontar dificuldades, resistências e avanços.

Um pouco da historia da avaliação.

Nas últimas décadas, a avaliação vem ganhando força como um processo fundamental para a gestão responsável das políticas públicas. Neste contexto, a

avaliação tem sido valorizada não só como uma etapa do processo de gestão, mas também, ela própria, como um objeto de estudo sob a ótica da pesquisa científica e tecnológica, ainda, como um instrumento de melhoria e aperfeiçoamento contínuo a partir do reconhecimento do seu potencial transformador da realidade. Para melhor situar a trajetória da avaliação, segue uma breve descrição dos cinco períodos básicos segundo DIAS SOBRINHO (2003).

O primeiro período conhecido como Pré-Taylor compreende os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX, segundo o autor nessa fase

A avaliação prima pela elaboração e aplicação de testes, aproveita-se de conhecimentos adquiridos anteriormente em outras áreas, e caracteriza-se pelas medições psicofísicas (capacidades sensoriais, tempos de reação, etc. (SOBRINHO, 2003).

Esse período é marcado pela avaliação mensurável, claramente absorvida pelo paradigma positivista, onde há um privilégio das diferenças individuais, não havendo nada que relacione a avaliação com programas escolares ou desenvolvimento de currículo. Segundo Sobrinho, “essa caracterização insere a avaliação basicamente no campo da psicologia” (2003).

O segundo período começa a se desenvolver percebendo a avaliação como prática aplicada à educação, mas, ainda bastante ligada à área da psicologia e à cultura dos testes e medidas. Sobrinho, relata que.

O movimento de gestão científica da educação se efetiva e visa dotar a avaliação de eficiência ainda sob o paradigma positivista. Esta fase concebe a avaliação como exclusivamente técnica, reduzida a testes de verificação, mensuração e quantificação da aprendizagem dos estudantes (2003).

A aprendizagem torna-se o objeto central de estudos da psicologia, já que é vista como fator de fácil mensuração e quantificação. Tem-se a ilusão de que pode controlá-la de forma objetiva, através de métodos de análises científicas. Enfim, a avaliação focaliza os testes, as escalas de classificação, os instrumentos técnicos.

A avaliação busca de forma experimental determinar, ao final do processo

de ensino, se o estudante é capaz de demonstrar a realização dos objetivos previstos e declarados. Assim, avaliação constitui-se em importante instrumento para a regulação do conhecimento e formas de adquiri-lo.

Avaliação educacional passou a fazer parte do cotidiano da vida nas escolas. É sobre a avaliação do ensino e aprendizagem que muito se tem debatido e também sobre as diversas formas de organização da instituição escolar. A avaliação adquire uma conotação de racionalização científica compromissada com a ideologia utilitarista tão própria da indústria. Segundo Sobrinho.

A partir dessa finalidade passa-se a elaborar instrumentos adequados a esses diagnósticos, selecionar instrumentos de êxito, como, por exemplo, tempo para a execução de tarefas, porcentagem de sucesso na escolarização, números de alunos aprovados nos diversos níveis, e a formular-se índices para diagnosticar o êxito da empresa escolar (2003).

Nesse momento a escola é vista como uma instituição útil ao desenvolvimento econômico que possui em seu núcleo apenas a idéia de eficiência. A avaliação caracteriza-se por ser um instrumento para diagnosticar quantitativamente a rentabilidade e a eficiência da escola, dos processos pedagógicos e administrativos.

A avaliação aparece ligada às práticas sociais. Nos Estados Unidos, na época governado pelo presidente Kennedy, instituiu-se a avaliação obrigatória da educação e, mais tarde. A avaliação é utilizada então para melhor direcionar os recursos financeiros. Mas também para gerir melhor o trabalho dos professores, as escolas, os conteúdos, as metodologias e estratégias de ensino. Além do enfoque positivista e quantitativo, passa-se a orientar também pelos enfoques naturalistas e qualitativos.

O quinto período é o chamado de profissionalismo (1973), quando o campo da avaliação amplia-se para além das salas de aula e das instituições educacionais. Há uma intensa produção teórica, que se manifesta na produção de livros, artigos e revistas específicas, há inclusive universidades que criam cursos de formação em avaliação (SOBRINHO, 2003). Ocorre neste período o questionamento ao paradigma científico e o caráter mais qualitativo da avaliação ganha espaço.

À medida que houve este crescimento e interesse na área de avaliação,

esta passa a ser vista de forma mais complexa, especialmente porque os fenômenos mais significativos que ocorrem no interior do sistema educacional, na maioria das vezes, não são passíveis de fácil mensuração, por isso, necessitam-se de uma avaliação capaz de dar conta desses fenômenos. A avaliação passa então a, incorporar mecanismos de negociação, de democracia, e instiga a repensar metodologias e instrumentos adaptados às disciplinas.

Para Sobrinho, (2003). "A avaliação passa a ser reconhecida como de interesse público. Além das questões técnicas há também as éticas e políticas". Finalizando, a avaliação apresenta-se um campo fértil, constituindo-se como prática política e pedagógica, tornando-se um importante campo de estudo.

[...] A avaliação com o caráter que tem hoje não foi inventado pelos professores, nem foi a escola que solicitou ao sistema; ao contrário a burguesia precisou da escola para seleção social e para preparo para o trabalho e também para inculcação ideológica para que todos se conformassem com seu lugar na sociedade. Na Europa no final do século XVIII há o avanço da escola para o povo com promessa de equalização de classes, neste momento a reprovação passou a convencer cientificamente que nem todos teriam sucesso, devendo, assim se conformar com seu lugar na sociedade (VASCONCELLOS, 1998).

Essa cultura avaliativa não se fez de uma hora para outra, há toda uma engrenagem, uma rede de significados que a tecem. No Brasil, a avaliação veio como uma herança especialmente dos Estados Unidos, especialmente, a herança da ênfase na testagem e nos processos de mensuração do rendimento escolar. Na realidade a avaliação surge como necessidade de seleção em uma sociedade baseada na desigualdade, e por isso, ainda hoje é difícil inculcar uma outra concepção de avaliação.

Atualmente os estudos e pesquisas na área educacional passam a incluir procedimentos mais abrangentes de avaliação que vão além da medição do desempenho dos alunos. O conceito de avaliação e mensuração estão intimamente relacionados, mas a primeira não pode se restringir a segunda.

O homem não vive sem fazer comparações, avaliações, e de um jeito ou de outro os motivos estão entrelaçados, com a visão que os homens têm de sociedade, de trabalho e dos próprios homens. Essa visão é que faz com que a avaliação tome diferentes significados e diferentes formas muito mais amplas do que os educadores possam de imediato pensar, pois, conforme a idéia de

homem, de trabalho e de sociedade, diferentes caminhos se abriram e se abrem para as avaliações.

A Avaliação nas Diferentes Tendências Pedagógicas.

De acordo com Libâneo (1994), as principais tendências pedagógicas brasileiras podem ser divididas em liberais (não críticas) e progressistas (críticas). A primeira engloba as tendências: liberal tradicional, liberal renovada progressista, liberal renovada não direta, e liberal tecnicista. A progressista se divide em: progressista libertadora, progressista libertaria progressista crítica-social dos conteúdos.

Todas essas tendências são reflexos da forma como a sociedade pensa a educação, muitas vezes com vistas a interesses mais privatizados ou democráticos, muitas vezes, coexistindo ambas as formas de conflito ou consenso. Mas, todas essas tendências se efetivam em uma sociedade na qual o problema social da desigualdade entre os homens é muito presente.

Com a Ditadura Militar, as diferenças sociais aparecem de forma extensiva e a escola era entendida como o meio de garantir o desenvolvimento do país, é forte a tendência de que é o analfabeto é culpado pelo atraso do país. Tomando como necessária a escolarização da população com vista ao desenvolvimento do país, o ensino obrigatório ampliou-se de quatro para oito anos, o problema é que esta ampliação não veio acompanhada de investimentos. Introduz-se idéias de administração, gerência e organização da escola baseadas no modelo empresarial, o que denomina de Tecnicismo, acreditava-se que pelo modelo racional da fábrica a educação teria melhores resultados. A idéia de colocar na escola um quadro de “técnicos” nas escolas objetiva levar as decisões corretas para a vida de todos os homens.

Foi neste período que o Brasil viveu o Milagre Econômico, nunca antes havia se produzido e exportado tanto, o Brasil se transformou em potência econômica reconhecida a nível internacional. No entanto, a distribuição de renda não aconteceu, ao contrário, a desigualdade econômica aumentou e o investimento na educação não apresentou melhoras, ao contrário, nesse período a vinculação orçamentária foi desobrigada, com isso os índices de evasão e reprovação na escola aumentavam, afinal apenas a vaga na escola

era garantida, sem o mínimo de insumos para a garantia da permanência ou mesma da aprendizagem. Nesse período a avaliação é tomada dentro de uma perspectiva técnica e, com o objetivo de selecionar os mais “capazes”.

Com o fim da ditadura inicia-se no Brasil um período de abertura política e democratização, o país ensaia novas respostas para as angústias institucionais e escolares. Com o processo de redemocratização do país, começa-se a ampliar a discussão da avaliação para que rompa com o positivismo, com a burocracia estatal e/ou escolar e se fundamente numa perspectiva crítica da educação. Foi muito forte a influência da corrente do Materialismo-Histórico nos estudos educacionais, em especial na pedagogia histórico-crítica.

Na pedagogia histórico-crítica a avaliação deve ser compreendida numa perspectiva de totalidade social, portanto, é uma ação política, não podendo ser desligada do projeto social gerador, da história da sociedade, do mundo. No final dos anos 80 a professora Saul (1999) propõe o paradigma da Avaliação Emancipatória que tem como principal objetivo o desafio de aliar-se a teoria e a prática na avaliação e reformulação de currículo.

Pode-se dizer que coexistiam três diferentes concepções de pedagogia, mas relacionadas entre si e com um mesmo objetivo educacional; conservar a sociedade na sua configuração. A pedagogia tradicional, centrada no intelecto, na transmissão de conteúdo e na pessoa do professor; a pedagogia renovada ou escolanovista, centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento e no educando com suas diferenças individuais; e, por último, a pedagogia tecnicista, centrada na exacerbação dos meios técnicos de transmissão e apreensão do modelo liberal conservador da sociedade, tentando produzir, sem o conseguir, a equalização social, a qual não pode ser atingida, pois o modelo social não o permite.

Luckesi (1998) diz que o modelo social conservador e suas pedagogias respectivas permitem e promovem renovações internas, e ainda, não propõem e nem permitem propostas para sua superação, o que, de certa forma, seria um contra-senso. Nessa perspectiva, os elementos dessas três pedagogias pretendem manter a realidade social.

Outras concepções pedagógicas surgem, a partir de um outro olhar sobre a questão social, entendendo-a dentro de uma perspectiva histórica. A pedagogia libertadora, apresenta-se como uma resposta as desigualdades,

fundada e representada pelo pensamento e pela prática pedagógica inspirada nas atividades do professor Paulo Freire. Sua concepção pauta-se na idéia de que a transformação virá pela emancipação das camadas populares, que se define pelo processo de conscientização cultural e com políticas fora dos muros da escola.

Têm-se também manifestações de uma pedagogia libertária, representada pelo anti-autoritário e autogestionário centrada na idéia de que a escola deve ser um instrumento de conscientização e organização política dos educandos e, por último, mais recentemente, está se formulando a chamada pedagogia dos conteúdos socioculturais, encabeçadas pelo professor Dermeval Saviani, centrada na idéia de igualdade, de oportunidade para todos no processo de educação e na compreensão de que a prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimentos sistematizados pela humanidade e na aquisição de habilidades de assimilação e transformação desses conteúdos, no contexto de uma prática social.

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de, obrigatoriamente, ser autoritária, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas ou pelos meios de comunicação. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. Ao contrário, a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações.

A avaliação classificatória estipulou como função central o ato de atribuir nota sem preocupação com o que a nota representava e, principalmente, o que ela apontava em relação à aprendizagem do aluno. Ou seja, o ato de avaliar que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da

aprendizagem escolar á de ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias. Será que o inferior não pode atingir o nível médio ou superior? Os educadores sabem que isso é possível, até mesmo defendem a idéia do crescimento.

A utilização, na prática pedagógica, de uma avaliação classificatória, desconsidera o educando como sujeito central do processo, julgando-o e classificando-o, ficando para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações permanecerão, em definitivo, nos arquivo e nos históricos escolares, mas principalmente marcará a trajetória educacional do aluno.

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a democratização da escola e não com a sua exclusão. A avaliação reflete a concepção da educação. O educador, no intuito de dar um novo encaminhamento para a prática da avaliação escolar deverá estar preocupado em redefinir ou em definir propriamente os rumos de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra, inserindo-se num contexto maior e estando a serviço dele. O primeiro passo fundamental para que isso ocorra é assumir um posicionamento pedagógico claro e explícito, de tal modo que possa orientar o planejamento, a execução e a avaliação, isso se faz não apenas individualmente, mas no coletivo da escola.

As práticas de avaliação, por serem feitas para controle quantitativo, têm sido muito criticadas. Da maneira que muitas vezes é utilizada a avaliação, ela não atende à função educativa. Segundo Libâneo (1991, p), têm-se verificado alguns equívocos, quanto a sua prática. O equívoco mais comum é o professor usar a avaliação somente para dar notas, classificando o aluno em "melhor" ou "pior", dependendo do que memorizou e do que a prova cobrou. Ainda é comum o professor ser avaliado como "competente", pelo total de alunos reprovados em sua turma.

Considerar, na avaliação, apenas os aspectos quantitativos ou somente os qualitativos são equívocos que têm conseqüências da mesma proporção. O

bom entendimento de avaliação é considerar, igualmente, os dois aspectos: o quantitativo e o qualitativo, mas como mostra a LDB, priorizar os qualitativos em relação aos quantitativos. (BRASIL, 1996)

Uma das funções da escola é preparar o educando para as demandas do mundo do trabalho, de acordo com as perspectivas traçadas pela sociedade, contando com a colaboração do professor. A ação pedagógica trabalha com as influências externas e internas do aluno, cabendo ao professor organizar a prática de ensino sem perder o objetivo de desenvolver a autonomia e independência do aluno. Sendo assim, a quantificação deve contar com a apreciação qualitativa dos resultados obtidos. Se a nota for obtida somente com base em uma prova, ela pode deixar de demonstrar o resultado real da aprendizagem, pois o torna muito limitado. Mas, a prova aliada a outros instrumentos de verificação são meios necessários para a informação do rendimento escolar, levando em conta que tanto a escola, como os professores, os pais e os alunos precisam de dados para comprovar, analisar e avaliar os trabalhos desenvolvidos.. Além do que, a nota representa um estímulo externo que desafia o aluno a desenvolver as suas capacidades.

Não se pode discutir avaliação apenas a partir do interior da escola. A avaliação feita na escola e é reflexo dos objetivos educacionais em vigor e estes são reflexos do que a sociedade espera dessa educação.

A partir da leitura atenta do histórico da avaliação, é importante destacar que se evidencia uma ampliação de seu foco. Em primeiro lugar, do objeto avaliado, o qual parte inicialmente do indivíduo ou determinada capacidade deste, passando por objetivos específicos, indo para a abrangência de um programa, uma instituição, uma determinada política pública e até um governo.

Em um segundo plano, também é possível, observar a evolução do processo de avaliação em si, que se inicia como estudo, investigação ou pesquisa científica, incorporando mais tarde o foco de um empreendimento como uma decisão política e coletiva de uma instituição que auto-avalia.

A avaliação evoluiu da mensuração, medida, observação e descrição da realidade para a utilização desses como instrumentos para melhor pensar o processo ensino/aprendizagem. Inicialmente, o valor atribuído ao objeto avaliado constituía-se como uma característica intrínseca a ele e que necessita ser descoberta. Mais tarde, passa a importar quais sujeitos históricos estão a

para uma reflexão sobre o assunto, suas pesquisas demonstraram que para os educadores o fracasso demonstrado na avaliação se dá em virtude do próprio desinteresse do aluno. Esses profissionais deixam externar que não esquecem de levar em consideração a realidade de seus alunos e que se o aprendizado não ocorre ele não deve ser atribuído apenas a responsabilidade do aluno. Eles utilizam a reprovação como recurso para manter a autoridade e acredita-se que ela é sinônimo de melhoria da qualidade educacional, não se analisa que o ato de reprovar contribui para a falta de incentivo, e, além disso, promove a discriminação daqueles alunos menos favorecidos financeiramente. Desta forma, reforça o que a sociedade capitalista apresenta e defende que é a divisão de classe, o que acaba desmotivando o aluno. Assim;

A afirmação de que a todos foram oferecidas oportunidades iguais, nega-se a diferença entre os alunos decorrentes das classes sociais de que provém. Com discurso da igualdade de oportunidades, o fracasso escolar é atribuído a características individuais, mascarando-se as desigualdades sociais. Os que são reprovados repetem a série toda sem consideração de seu estado de aprendizagem e das dificuldades que apresentavam quando não abandonam a escola. (SOUZA, 1990).

Durante muito tempo, o termo avaliar foi usado como sinônimo de medir, mais logo deixou transparecer suas limitações, pois, nem todos os aspectos da educação podem ser medidos. A partir da década de 60, o termo avaliação voltou a aparecer com destaque na literatura especializada, assumindo novas dimensões. Haydt (2003) define os termos da seguinte forma:

Testar significa submeter a um teste ou experiência, isto é, consiste em verificar o desempenho de alguém ou alguma coisa... Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais, o resultado de uma medida é expressa em números, daí sua objetividade e exatidão... Avaliar é julgar ou fazer a apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores, assim sendo, a avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e interpretação desses resultados com base em critérios previamente definidos (HAYDT, 2003).

A tarefa de conceituar e definir avaliação escolar é uma questão complexa, que exige não apenas conhecimento sobre o processo de "avaliar", como também, conhecimento sobre o sistema educacional. As dificuldades encontradas tanto no ato de ensinar como de aprender são importantes para observar que a educação não se

processa da mesma forma em todos os lugares, assim como o método e a concepção de ensino não são os mesmos, o que não permite que a forma de avaliar seja também a mesma.

A prática de avaliação escolar está ligada a uma tarefa didática que acompanha o trabalho docente e o processo ensino-aprendizagem, dessa forma, vê-se a importância de conceituar bem este termo. Segundo Libâneo (1994), percebe-se que o ato de avaliar proporciona ao professor a verificação dos resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto com seus alunos, podendo comparar se os objetivos traçados foram alcançados.

Luckesi (1998) estabelece seu conceito sobre avaliação escolar especificando que esta deve ser “um meio e não um fim em si mesma” . Desse modo, ela deve estar relacionada tanto às práticas quanto às teorias que a embasam, estando a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com os mecanismos de transformação social, não como uma prática ingênua e inconsciente, como uma atividade neutra.

Loch, também apresenta sua visão sobre este tema e enfatiza que “A tarefa de avaliar exige do educador um compromisso com o desenvolvimento do educando e com a evolução do processo de construção do conhecimento” . (LOCH, 1995) . Tal afirmação leva a entender a necessidade de que a avaliação não seja vista apenas como uma forma de comprovar se os conteúdos planejados foram trabalhados, mas de refletir sobre a qualidade do ensino e sobre a evolução do educando.

Segue-se a discussão em torno da avaliação escolar, buscando mostrar a avaliação dentro das leis e documentos oficiais que tratam especificamente da educação, finalizando a discussão traz-se apontamentos sobre a avaliação escolar no município de Sarandi.

A Avaliação Escolar na legislação educacional: Um olhar histórico.

A prática avaliativa no âmbito escolar é uma combinação dos ideais dos profissionais da escola bem como da concepção de educação existente, e do que se coloca em termos legais. Considerando as leis nº 4.024/61, nº 5.692/71 e nº 9.394/96, quer se discutir qual a visão/concepção presente em relação a

avaliação e sua ação no sistema educacional.

Luckesi, analisando a legislação educacional, diz que:

Ela expressa os princípios orientadores do sistema educacional de um país por meio de um conjunto de diretrizes e normas que se manifestam na organização e funcionamento dos vários órgãos responsáveis pela educação sistemática. Assim, a escola como instituição pertencente ao sistema educacional, reflete em sua estrutura administrativa e pedagógica, as orientações legais vigentes. (LUCKESI, 1998).

A Lei N.º 4.024/61 foi aprovada em 20 de dezembro de 1961. Nessa lei, a finalidade da avaliação, conforme cita Carvalho (apud PARANÁ, 1975), era apenas classificatória. De acordo com Aranha (1996), neste período. A disciplina era imposta por meio de vigilância permanente. O esforço individual era estimulado por atividades competitivas, como torneios intelectuais constantes, incentivadas por prêmios e punições.

Aranha (1996) ainda afirma que “a educação tradicional é centrada no professor e na transmissão dos conhecimentos”. Nesse sentido, é o mestre que detém o saber e a autoridade, dirige o processo de aprendizagem e se apresenta como um modelo a ser seguido, apesar de, na finalidade da educação, presente no art. 1.º da Lei 4.024/61, estar explícito que a educação nacional deve estar inspirada nos princípios da liberdade, onde todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem devem ter o direito de expor seus conhecimentos.

Na realidade dessa escola não faziam parte questionamentos e apresentação de idéias, o que tornava o estudo sem sentido para muitos alunos. Somente os que já tinham o “*carisma*” para o estudo suportavam a forma tradicional de ensino, mesmo não concordando com algumas idéias. Os demais desistiam ou eram excluídos. Talvez seja essa uma das causas de haver tantos analfabetos e pessoas que não concluíram, ao menos, o ensino primário em nossa sociedade. Esses são reflexos de um sistema de educação que não possibilita aos alunos mostrarem suas capacidades individuais, punindo os que não respondiam positivamente os ensinamentos da educação bancária comentada por Paulo Freire (1985).

No sistema de educação tradicional, a avaliação escolar enfatiza os

aspectos cognitivos, com destaque para a memorização, é usada em favor do professor e não do aluno, estimulando a formação do intelectual que discursa e escreve sobre todos os assuntos. Segundo Freire (1985), “esta escola focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional”.

Nesse sentido, repensar a Escola Tradicional para que se possa avaliá-la e conhecer o que dela importa para a educação contemporânea e nas municipalidades é um ponto positivo. Entretanto, idéias tradicionais poderiam ser aproveitadas, se compreendida sua utilização como o caso do reforço, utilizado na Escola Tradicional como forma de “re-forçar” a aprendizagem, e que, na escola atual, é utilizado como forma de proporcionar ao aluno uma nova chance de aprendizagem, com métodos mais atraentes, motivantes e até mesmo, inovadores, que despertam neles, o interesse pela aprendizagem.

A Lei N.º 5.692 foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e acrescentou à lei anterior, sobre a questão da avaliação escolar. Visou fornecer dados para o acompanhamento, controle e reformulação das propostas curriculares. A partir desta lei, podemos perceber a preocupação com a formação cidadã do indivíduo, observável em seu art. 1.º, onde o ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (PARANÁ, 1975, p. 14).

O movimento da Escola Nova alcançava seu auge neste período, surgindo em contraposição à Escola Tradicional, desvalorizando o enciclopedismo e a cultura em geral. O importante era a idéia da descoberta, individualmente gerada na mente de cada um, não as idéias que já foram apresentadas em épocas passadas.

Os escolanovistas esperavam dos alunos uma atividade constante, considerando o homem “bom” aquele que sabe resolver problemas particulares, de sua vida pessoal e profissional. Para eles, a sociedade ideal era aquela que possuísse um somatório de homens que resolvem problemas através de processos mentais corretos.

No pensamento dos escolanovistas, são valorizadas as relações feitas

frente aos fenômenos ou fatos vividos; a criatividade; a capacidade de tirar conclusões; a descrição da experiência dentro do método experimental; o processo de pensar, estimulando o homem a resolver, com disciplina, e a partir do método sistemático, seus problemas.

A escola, nesse sentido, deveria adequar-se as necessidades individuais ao meio social, o aluno deveria educar-se por si próprio, sendo agente de sua própria aprendizagem. Segundo a Coletânea de Legislação Estadual de Ensino (PARANÁ, 1975, p. 26), Os conteúdos de ensino deveriam ser elaborados de acordo com as experiências que o sujeito vivencia. A escola valorizava os processos mentais e as habilidades cognitivas: “aprender a aprender”, era o lema dessa escola.

O art. 14 da Lei 5.692/71, diz que:” a verificação do rendimento escolar deve ficar a cargo do estabelecimento de ensino e compreender a avaliação do aproveitamento e a apuração de assiduidade”. A avaliação do aproveitamento deve ser expressa por notas ou menções, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida. Conforme o aluno obtinha resultados insuficientes nas avaliações, a aprovação poderia ser obtida mediante estudos de recuperação. Porém, o que se efetiva na prática ainda era um sistema excludente e que não se preocupava com a realidade do aluno.

Sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a Lei N.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, estabelecendo as normas gerais de estrutura e funcionamento de educação escolar brasileira, em todos os seus níveis e modalidades. Sendo este um primeiro elemento diferenciador desta lei em relação às outras: ela refere-se à educação escolar e não à educação no sentido amplo.

Em seu art. 24, inciso V, a Lei N.º 9.394/96 discorre sobre a avaliação escolar. Segundo ela, a verificação do rendimento escolar deverá observar os seguintes critérios:

[...] Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”[...] A possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;[...] A possibilidade de avanço nos cursos e nas séries

mediante verificação do aprendizado[...] A obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pela instituição de ensino em seus regimentos (Brasil, 1996)

Esses pressupostos apresentados pela legislação levam à conclusão de que o aluno deve ser visto como sujeito ativo na promoção e construção de seu próprio conhecimento, apoiando-se em seus conhecimentos anteriores, em sua interação com os objetos de conhecimento e com as demais pessoas, pois, como afirma Santos (1999), “o homem se faz pela interação social, pelas relações entre os homens e por sua ação sobre o mundo”. Ou seja, o homem é um ser histórico-social. Por isso, a maneira de aprender a realidade é um processo dinâmico, que se expressa de formas diferentes no tempo.

O Currículo Básico para a Escola Pública

A reflexão sobre a avaliação escolar requer um amplo exame sobre os registros que embasam o sistema educacional a nível nacional e regional. No caso do Estado do Paraná, o Currículo Básico para a Escola Pública é um documento que merece destaque nesta análise, porque vai incidir sobre as práticas avaliativas.

Criado em 1992, na gestão da Secretária de Educação Estadual, Sr.^a Gilda Poli, o currículo apresenta uma proposta que visa a melhoria processo de ensino/aprendizagem no sentido de responder as necessidades sociais e históricas, que caracterizavam a sociedade naquele momento.

A avaliação, no Currículo Básico, é vista como uma atividade de diagnóstico, tendo como objetivo, identificar as dificuldades dos alunos para que o professor possa rever sua metodologia e intervir no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com este documento:

A avaliação não deve se fixar apenas nos critérios de aquisição de conhecimento pelo aluno, mas possibilitar ao professor avaliar seu próprio desempenho, sua proposta pedagógica, o que espera

dos alunos e o que considera essencial em cada área de conhecimento. (PARANÁ, 1992).

É possível observar que o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná traz, em seu contexto, a idéia de que a avaliação não pode continuar a ser mais um instrumento burocrático na escola, nem uma forma de “acalmar” a consciência do professor. Ao contrário, é preciso construir uma consciência de avaliação que dê pistas concretas sobre o caminho que o aluno está percorrendo para se apropriar, efetivamente, dos conteúdos trabalhados.

Complementando esse currículo tem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais, que apesar de não serem obrigatório tem se constituído como um norte das escolas. Elaborados em 1997 com a finalidade de ser um referencial de qualidade para a educação, no Ensino Fundamental, em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica. Com uma proposta de ir além da visão tradicional no que se refere à avaliação, objetivou que a mesma passe a ser compreendida como parte integrante e intrínseca do processo educacional, não como julgamento de valor sobre os sucessos e fracassos dos alunos.

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpelação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

Nessa perspectiva, a avaliação pode servir como um importante elemento para a reflexão de professores, alunos e escola sobre a prática pedagógica, permitindo a identificação de aspectos que devem ser retomados, revistos, ou reconhecidos como adequados. O documento propõe, ainda, que a avaliação ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não, como ocorre habitualmente, apenas ao final da etapa de trabalho, com o fechamento de médias e notas.

Pretende-se que a avaliação possibilite ao aluno um conhecimento sobre suas conquistas e dificuldades, propiciando ainda a reorganização de seu investimento na tarefa de aprender, funcionando não como estímulo negativo, mas como tomada de consciência, enquanto para a escola e para os professores atuaria como fonte de dados que auxiliariam na definição de prioridades, bem como destacaria os aspectos das ações educacionais com resultados insatisfatórios, que necessitam ser reformulados, revistos ou enfatizados.

No documento referente à fase final do ensino fundamental, as orientações para a avaliação prosseguem nesta mesma linha, estabelecendo que:

Os critérios de avaliação explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrente de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social. (MEC, 1997).

Os critérios para avaliação apontam também para as experiências educativas a que esses alunos deverão ter acesso, em cada área e cada ciclo de estudos, consideradas essenciais para o desenvolvimento do potencial intelectual e social do aluno, expondo de forma equilibrada as três dimensões de conteúdos que devem encaminhar a programação e as atividades de ensino-aprendizagem: os conceitos, procedimentos e atitudes a serem assimilados.

Outras orientações básicas para a prática pedagógica dos educadores, especialmente sobre o processo de avaliação, estão presentes nos Parâmetros

Curriculares Nacionais e a complementam:

[...] Observação sistemática: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, registros em tabelas, listas de controle diário, diário de classe e outros; [...] Análise da produção dos alunos: considerar a variedade de produções realizadas pelos alunos, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas. Por exemplo: se a avaliação se dá sobre a competência dos alunos na produção de textos, deve-se considerar a totalidade dessa produção, que envolve desde os registros escritos, no caderno de lição, até o registro das atividades de outras áreas e das atividades realizadas especificamente para esse aprendizado, além do texto produzido pelo aluno para os fins específicos desta avaliação; [...] Atividades específicas para a avaliação: os alunos devem ter objetividade ao expor sobre um tema, ao responder um questionário. Para isso, é importante, em primeiro lugar, garantir que sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente realizadas em sala de aula; em segundo lugar, deixar claro para os alunos o que se pretende avaliar, pois, inevitavelmente, estarão mais atentos a esses aspectos (MEC, 1997).

Pela proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a avaliação escolar deve representar, para todos os envolvidos no processo educativo, uma tomada de consciência sobre o progresso alcançado, sobre os limites encontrados, bem como a necessidade de busca de novos caminhos e objetivos a serem traçados. O objetivo geral é um crescimento qualitativo tanto nas técnicas de aprendizagem, como nos conhecimentos adquiridos, culminando no fortalecimento de laços entre todos os envolvidos no processo: alunos, professores, escola e pais.

Nesta etapa do trabalho apresenta-se uma nova visão de avaliação escolar, que pode trazer vantagens e mais qualidade para o processo de ensino-aprendizagem. A discussão será feita com base nos pensamentos de Celso Vasconcellos (1998), buscando interligá-la com a exigência da atual sociedade, trazendo, portanto, um novo olhar para a avaliação escolar. Tal apresentação será feita a partir da análise da avaliação no Município de Sarandi-Pr.

Por uma avaliação crítica e emancipatória

O município de Sarandi em destaque

A Secretaria Municipal de Educação desse município adotou em 2002 o sistema de ciclos de 02 anos desta forma os alunos reprovam apenas no final

do 2º ano (segunda série do primeiro ciclo) e no final do 4º ano (segunda série do segundo ciclo), durante o ciclo os alunos permanecem com a mesma professora dando continuidade ao aprendizado de um ano para o outro.

Sendo assim, o professor deve adotar uma postura que considere todas as tentativas do aluno para atingir a aprendizagem. Nesse sentido a avaliação diagnóstica é uma experiência que permite identificar a quando a aprendizagem ocorre ou não, oferecendo oportunidade de sanar as dificuldades detectadas no desenvolvimento do processo escolar, como forma de ampliar a visão de mundo e o saber do aluno sobre o conteúdo.

Uma proposta pedagógica, numa perspectiva crítica, descarta qualquer trabalho com a avaliação classificatória, porque na classificação, normalmente, não há possibilidade de mudanças. A organização pedagógica em ciclos, que busca respeitar o tempo do aluno, permite levar em conta os aspectos afetivos e culturais do aluno, não só os cognitivos. É importante ressaltar que nesse processo avaliativo é necessário que se considere o caminho percorrido pelo aluno, pois entende-se que o grande entrave da avaliação é o seu uso como instrumento de controle e de discriminação social e o professor assume um papel central nesse aspecto.

O papel do professor

Diante das considerações apresentadas nos capítulos anteriores, dentre eles, as concepções de avaliações nas leis e documentos oficiais do Estado, percebe-se que avaliação sempre mereceu destaque especial, devido ao grande impacto que esta possui no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação é um reflexo das concepções da escola em relação a educação e nesse processo o professor tem um papel central dependendo da forma como interpreta e utiliza esse instrumento.

Vasconcellos (2000) observa que apesar dos professores em sua formação conhecer “[...] uma concepção adequada sobre a avaliação; diagnóstica, abrangente, etc”. ainda é falha a crítica à realidade concreta, falta clareza do que fazer no lugar da antiga forma de avaliar.

Cabe então ao professor mudar, mas, para mudar a realidade é preciso antes de tudo o querer, o desejo, o compromisso de mudar, mas não é tudo

uma questão de boa vontade de cada um, ou achar que é culpa da estrutura do ensino, temos que tomar cuidado para não ficarmos imóveis diante do problema da avaliação.

Segundo Vasconcellos:

O professor participa da distorção da avaliação num primeiro nível; dando destaque a ela, usando-a como instrumento de controle e num nível mais profundo usando a avaliação como instrumento de discriminação social, ele faz isso por necessidade de cumprir a tarefa que lhe foi imposto pela sociedade” transmitir conhecimento aos alunos. (VASCONCELLOS, 2000).

Percebe-se que os professores aceitam a afirmação de que a avaliação está ligada a “estrutura de poder da sociedade” e não percebem seu envolvimento com esta realidade, o problema ocorre dentro de sala de aula, mas sua base está no sistema de ensino, que por sua vez corresponde a um sistema social. Normalmente, o professor mais aberto coloca a avaliação em questão, mas de modo geral não tem consciência de que é mais um agente deste jogo de discriminação e dominação social. O professor percebe apenas a manifestação mais imediata do problema da avaliação, não consegue captar suas causas mais profundas e especialmente sua participação neste processo, é preciso que este faça uma análise sociológica para compreender o papel desempenhado por ele.

Para Vasconcellos (2000) “é preciso dar um enfoque dialético, de analisar e saber as reais possibilidades de mudanças”. Este trabalho segundo o autor tenta despertar o querer mudar em todos, através de uma crítica ao problema para possibilitar o desequilíbrio e em seguida oferecer alguns subsídios para orientar concretamente os que querem mudar, é claro que em passos pequenos, coletivamente e na direção certa, por falta de análise crítica muitos esforços vão por água abaixo. Devemos compreender o problema para negá-lo dialeticamente, para transformá-lo. Numa perspectiva dialético-libertadora é preciso partir da prática, refletir sobre ela para poder transformá-la.

Segundo Vasconcellos (2000):

São problemas aparentes. Há necessidade de se desmascarar o cinismo reinante em torno da avaliação, o grande entrave é o seu uso como instrumento de controle, de inculcação ideológica e de discriminação social, podemos dizer que houve uma inversão na sua lógica, ou seja, a avaliação que deveria ser um acompanhamento do processo educacional acabou tornando-se o objetivo deste processo. (VASCONCELLOS, 2000).

Por vezes, o professor reproduz a lógica porque não tem instrumentos/formação para refletir sobre sua prática ou mesmo não tem elementos que lhe dêem condições de fazer diferentes. Muitas vezes, a avaliação é um mecanismo de defesa do professor, utilizada como forma de coerção, tomando a avaliação apenas como a nota. Muitas vezes, não se busca resolver os problemas do processo de ensino-aprendizagem, buscando perceber as falhas não só dos alunos, mas do próprio professor. Seja por ingenuidade, por convicção, por comodidade, por pressão ou por cultura, tudo passa a girar em torno da nota e deixa-se de lado o mais importante o processo de ensino aprendizagem.

Se o professor não toma cuidado a avaliação acaba desempenhado um papel apenas político em vez de pedagógico, ou seja, não será usada como recurso metodológico para reorientação do processo de ensino aprendizagem, mas sim como instrumento de poder, de controle, tanto por parte do sistema como pela escola, e pelo próprio.

Se a avaliação é antes de tudo uma questão política e está relacionada ao poder, temos então que superar estas contradições através da reflexão crítica e coletiva da prática. Vasconcellos (2000), entende que o sentido maior da avaliação é: "avaliar para que os alunos aprendam mais e melhor". Para que isso ocorra é preciso que o professor busque acompanhar o crescimento da criança e o ajude no processo de construção do conhecimento para que este seja autônomo em suas decisões.

Esta nova concepção de avaliação vai exigir uma mudança de postura por parte do professor, a partir de uma concepção dialética, supera-se o sujeito passivo da educação tradicional em direção ao sujeito interativo. Estas mudanças parecem pouco na relação pedagógica, mas na prática fazem uma

diferença significativa. Quando a avaliação é utilizada como instrumento de auxílio de um processo que se centra no aluno “ é possível caminhar no sentido da superação do fracasso escolar”. (VASCONCELLOS, 2000)

Portanto, para garantir o desenvolvimento tanto do professor quanto do aluno ambos devem estar efetivamente envolvidos, ou seja, o primeiro deve estar interessado em ensinar e o segundo em aprender.

O desafio da mudança

Para que a avaliação se efetivamente enquanto prática emancipatória e democrática é preciso que se estabeleça uma relação diferente no processo pedagógico. É necessário primar pela ação-reflexão-ação, pela autocrítica, abrir mão do uso autoritário, rever a metodologia, redimensionar o uso da avaliação.

Mas, para que esta avaliação reflexiva, crítica emancipatória aconteça, é preciso superar um processo de ensino passivo, repetitivo, alienante. O professor que no seu dia- a -dia que não se abre a uma prática educativa baseada no aluno, no respeito, no diálogo, com certeza não conseguirá mudar sua prática de avaliação. Em termos de avaliação Vasconcellos diz que:

É necessário que se mude tudo (forma, finalidade e conteúdo), a avaliação deve ser vista como um processo deve ser contínua para que possa cumprir seu papel de auxílio ao processo de ensino aprendizagem. Não se está fazendo uma crítica à necessidade de avaliar ou à necessidade de produção de conhecimento, há sim a crítica pela nota e à “prova”. O que se propõe é que esses elementos sejam tirados do processo de avaliação. enquanto existir nota ou reprova o aluno vai apenas estudar para tirá-la e não para aprender realmente. (VASCONCELLOS, 2000)

Uma avaliação reflexiva, que prima pela autonomia, pelo desenvolvimento intelectual crítico do aluno não condiz com práticas de ensino baseadas na repetição, na decoreba, no ensino desconectado da realidade do educando. Em um processo de transformação o professor deve propiciar ao aluno e seus pais maior participação na escola, inclusive no processo de avaliação.

O professor, segundo Vasconcellos deve:

Lutar para criar uma nova mentalidade junto aos alunos, aos colegas e os pais, é muito difícil uma mudança quando o coletivo não esta

envolvido, numa perspectiva democrática a participação de todos é fundamental, no, entanto sem ceder a cobranças equivocadas. A democratização da avaliação depende da democratização da sociedade, de tal forma que não se precise mais usar a escola como uma das instâncias de seleção social. (VASCONCELLOS, 2000)

É preciso repensar a prática da reprovação no âmbito da busca por uma avaliação que colabore com uma educação de qualidade, segundo o autor a reprovação é um fator de discriminação e seleção social, de distorção da avaliação. Pedagogicamente não é a melhor solução, pois o aluno não precisa começar de novo, mas ser ajudado em suas dificuldades específicas.

Mesmo sabendo que a avaliação não é o centro da ação educativa, a forma como ela vem sendo feita, está provocando profundas distorções na prática pedagógica, Se partirmos da constatação de que já há uma elaboração teórica da avaliação (diagnóstica, formativa, transformadora) precisamos fazer com que esta forma se concretize em sala de aula.

Percebe-se um interesse pela avaliação como reflexo de um repensar a prática, em função da crise no ensino, A partir disto apuramos um duplo e contraditório movimento, de um lado educadores querendo superar o caráter autoritário da avaliação e de outro, educadores querendo restaurar esse caráter como estratégia de sobrevivência em sala de aula. Portanto, entende-se que a discussão em torno da avaliação solicitada pelos professores é um sinal de busca pela superação de paradigmas.

Diante das dificuldades no trabalho encontrados na sala de aula e das contradições apontadas na avaliação, pode parecer que, o mais importante é buscar logo uma mudança da prática dos educadores, no entanto, o que pode mudar essa situação são as ações e não as idéias. Vasconcellos enfatiza em sua obra que:

Se o problema fosse simplesmente ter uma nova teoria sobre avaliação, estaria tudo mais que resolvido, o que devemos investigar é, por que não estamos conseguindo efetivamente mudar a prática de avaliação, visto que quando um professor tenta mudar logo manifestam-se resistências, obstáculos. Devemos reconhecer que mudar a realidade é um pouco complexo do que parece a primeira vista de um olhar ingênuo ou voluntarista,mas não é qualquer mudança que interessa,devem ser mudanças realmente que superem a realidade que está posta".(VASCONCELLOS, 1998)

Avaliar o aluno pelo erro, priorizando a promoção e despertando o medo de reprovar através da ameaça da prova, somente levará a educação a um caminho: ela continuará formando indivíduos passivos, submissos e acomodados com a atual situação da sociedade.

Observa-se que vários são os autores que concordam as proposições de Luckesi, quanto à redemocratização do ensino através da prática de uma avaliação que vai além do autoritarismo, como é o caso de Hoffmann (1993), Libâneo (1994), Vasconcelos (1998) e Candau (1995), entre outros, todos citados com ênfase neste estudo.

Entretanto, há de se convir que, mesmo estando à situação da avaliação escolar onde está, existem lutas em favor da mudança. Percebe-se alguns avanços, mas que é preciso ainda melhorar é necessária a conscientização de que não apenas os critérios de avaliação necessitam ser revistos, mas a metodologia do professor, a escola precisa repensar-se, voltar-se ao aluno e para ele pensar uma nova prática pedagógica baseada em uma avaliação diagnóstica, emancipadora, capaz de colaborar com a efetivação do direito à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2.^a ed., renovada e ampliada. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CANDAU, V. M. & OSWALD, M. L. **Avaliação no Brasil: uma revisão bibliográfica**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, n.º 95, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 9. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRILLO, Marlene. **Construção da avaliação: estratégias metacognitivas**. In.: ENRICONE & GRILLO (org.) Avaliação: uma discussão em aberto. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000 (p. 59-68).

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da**

pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LOCH, V. V. **Jeito de Avaliar.** O construtivismo e o processo de avaliação. Curitiba: Renascer, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1998.

PARANÁ, Cadernos Temáticos: **Avaliação institucional/** Thelma Alves de Oliveira et al.- Curitiba: SEED - Pr, 2004.

_____, Governo do Estado. **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino.** Curitiba: SEEC – FUNDEPAR, 1975.

_____, Governo do Estado. **Avaliação, Sociedade e Escola.** Curitiba: SEEC, 1986.

_____, Governo do Estado. **Currículo Básico para a Escola Pública.** Curitiba: SEEC, 1992.

PRADO, Clarilza. **Avaliação escolar.** São Paulo: EdPUC, 1993.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória:** desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, Lenice Heloísa; BARRELA, Francisco Eugênio. **A avaliação do rendimento escolar.** Universidade Metodista de Piracicaba, SP: 1990.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: Práticas de mudança – por uma práxis transformadora.** São Paulo: Libertad, 1998.

_____, 1956-**Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar** - São Paulo: Libertad, 2000.

_____, 1956-**Superação da Lógica Excludente da Avaliação - do é proibido reprovar ao é preciso garantir a aprendizagem** - São Paulo: Libertad, 1998.